

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SOBERANIA ALIMENTAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO: UM PANORAMA DAS PESQUISAS

SOCIAL REPRESENTATIONS, FOOD SOVEREIGNTY AND THEIR CONTRIBUTIONS TO EDUCATION: AN OVERVIEW OF RESEARCH

Elaine Cristina Pereira da Silva ¹

Patricia Ortiz Monteiro ²

Resumo: *Objetiva-se, neste artigo, analisar e elaborar o panorama dos estudos a respeito das Representações Sociais, Soberania Alimentar e suas contribuições para a educação. Pensar sobre esses aspectos significa levantar um debate sobre a história e a memória do significado do acesso à terra e ao território, à infraestrutura, aos serviços, à educação, e à comunicação. O levantamento dos estudos - artigos, dissertações e teses - foi realizado utilizando duas bases de dados: o Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que reúne as pesquisas de todos os Programas Nacionais de Pós-graduação Stricto Sensu, e a Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Partindo da definição de forma sistemática de descritores, considerando-se os termos: representações sociais, soberania alimentar e escola rural, foram selecionados 23 estudos, dos quais a análise qualitativa revelou a importância dos trabalhos selecionados para a pesquisa em questão. Os trabalhos contextualizam o cenário das políticas públicas que envolvem a alimentação, principalmente na escola rural, fornecendo elementos, tanto teóricos, quanto políticos, para uma discussão que circula nas mídias e que, de alguma forma, atravessa os discursos dos atores diretamente envolvidos: os moradores, as famílias, os professores e a comunidade.*

Palavras-chave: *Representações Sociais. Soberania Alimentar. Escola Rural.*

Abstract: *The objective of this article is to analyze and elaborate the panorama of studies regarding Social Representations, Food Sovereignty and their contributions to education. Thinking about these aspects means raising a debate about the history and memory of the meaning of access to land and territory, infrastructure, services, education, and communication. The survey of studies - articles, dissertations and theses - was carried out using two databases: the Catalog of theses and dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), which brings together research from all National Postgraduate Programs. Stricto Sensu degree, and the Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Starting from the systematic definition of descriptors, considering the terms: social representations, food sovereignty and rural school, 23 studies were selected, of which the qualitative analysis revealed the importance of the works selected for the research in question. The works contextualize the scenario of public policies that involve food, mainly in rural schools, providing elements, both theoretical and political, for a discussion that circulates in the media and that, in some way, crosses the discourses of the actors directly involved: the residents, families, teachers and the community.*

Keywords: *Social Representations. Food Sovereignty. Rural School.*

-
- ¹ Doutoranda em Educação (PPGE/UNESA), Mestre em Educação (UFF) e Graduada em História (UNIGRANRIO). Professora dos municípios de Duque de Caxias e Niterói, estado do Rio de Janeiro. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2594277806388689>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2849-5896>. E-mail: elancrist@hotmail.com.br
 - ² Doutora em Ciências Ambientais (UNITAU), Professora dos Programas de Pós-graduação em Educação e em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8048616778601408>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2944-9050>. E-mail: patricia.ortiz@unitau.br

Introdução

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), assim como a Via Campesina Internacional, compreende que Soberania Alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos. Pretende, o Movimento, garantir o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão. Além disso, é um direito que os povos têm de produzir seus próprios alimentos.

O Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular (MPA, s/d) aponta que a bioprogramação da população, principalmente das crianças, é o nível mais sofisticado para substituir a alimentação que constitui a base da dieta alimentar nacional, como arroz, feijão, carne, saladas, entre outros, por produtos industriais e ultraprocessados.

Essa substituição tem um impacto direto na memória alimentar e na alteração do metabolismo das pessoas. A propaganda dos *fast foods* é um exemplo de base para a estruturação de venda e forma desse tipo de ação.

Como só é possível amar o que se conhece, é preciso observar, participar de experiências, conviver e intensificar a aproximação com a lógica da escola rural e possibilitar a aproximação com a natureza, com o cotidiano da vida dos estudantes do campo e suas aprendizagens.

É possível perceber que, na maioria das vezes, os atos dos indivíduos são carregados de ideologias. Assim, ele busca trazer à tona questões que fazem parte da realidade brasileira: a indústria alimentar padroniza a alimentação e empobrece a experiência culinária, porém, mais que isso, ameaça diretamente a Soberania Alimentar do país. Por um lado, produz a fome, e por outro lado, a obesidade e a subnutrição.

Dessa forma, vai se tornando nítido como é importante perceber a estratégia da indústria alimentar mundial, que se baseia na produção de alimentos orgânicos para os ricos, de transgênicos e agrotóxicos para os pobres e de fome para os miseráveis.

No entanto, para que seja possível entender as questões que envolvem a alimentação do brasileiro, é preciso compreender esses conceitos que estão em grande parte deslocados do habitual das discussões e aprendizagens nas escolas.

Daí a importância do auxílio de pessoas diretamente envolvidas no cotidiano dos camponeses e suas lutas, para que se abra uma possibilidade de pensar a partir de suas reais necessidades, desafios, dificuldades, para construção de conhecimentos que possam modificar suas vidas. Segundo Krenak:

Em diferentes lugares, tem gente lutando para este planeta ter uma chance, por meio da agroecologia¹, da permacultura². Essa micropolítica está se disseminando e vai ocupar o lugar da desilusão com a macropolítica. Os agentes da micropolítica são pessoas plantando horta no quintal de casa, abrindo calçadas para deixar brotar seja lá o que for. Elas acreditam que é possível remover o túmulo de concreto das metrópoles (KRENAK, 2020i, p.14).

Neste artigo, objetiva-se desenhar um panorama dos estudos a respeito das Representações Sociais, Soberania Alimentar e suas contribuições para a educação, enfatizando o cotidiano da

1 “[...] para a produção de agro ecossistemas sustentáveis, a agroecologia, como ciência e prática, utiliza princípios da agricultura tradicional camponesa e conhecimentos e métodos ecológicos modernos. A agroecologia entra, neste sentido, para fortalecer o desenvolvimento rural, fundamentando-se na perspectiva de ‘transformação da sociedade’ para mudar as relações de produção no campo” (DUARTE, 2009, p.105).

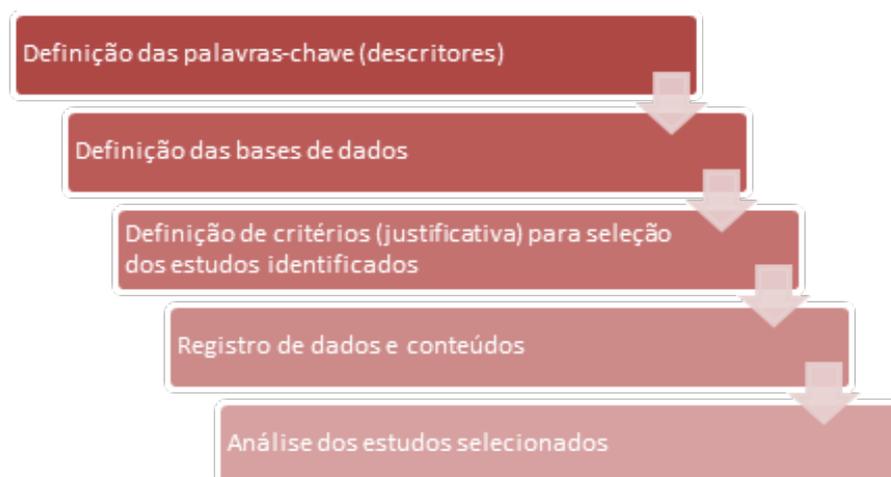
2 O termo permacultura, segundo Pamplona (2016), é desenvolvido em 1978, por um naturalista que ficou conhecido como o pai da permacultura, Bill Mollison. O termo surge de um trabalho com um estudante David Holmgren, de um curso de design Ecológico na Tasmânia- Austrália, onde, ao observarem a degradação dos sistemas naturais, propuseram-se a estudar outras formas de ocupação no planeta. Um dos meios para a pesquisa foi o estudo sobre a vida de grupos indígenas da Austrália e sobre o modo como se relacionavam com o ambiente, suas práticas e atitudes. Assim, nasce a permacultura, um conjunto de práticas que reúne conhecimentos milenares e tecnologias voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais, com vistas à permanência humana no planeta.

Escola Rural. Pensar sobre esses pontos significa levantar um debate sobre a história e a memória do significado do acesso à terra e ao território, à infraestrutura, aos serviços, à educação, à comunicação.

De acordo com Ferreira (2002), as pesquisas sobre o estado da arte também podem ser denominadas estado do conhecimento. Isso porque são definidas como de caráter bibliográfico e trazem em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento. Assim, tentam demonstrar quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, e de que forma e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Portanto, é importante que sejam definidos os critérios que possibilitarão uma demonstração sistemática de como foi feito o levantamento, quais bases de dados foram utilizadas, quais foram os descritores (palavras-chave), se informe se foram utilizados outros filtros. É preciso também que se ressalte o que justificou essas definições, tendo em vista que é importante que sejam estabelecidos critérios pertinentes ao que se pretende estudar. Partindo dessas premissas, o que se deseja alcançar, o que é necessário saber? A Figura 1 apresenta as etapas do estudo.

Figura 1. Etapas necessárias para a realização do Estado da Arte



Fonte: Elaborada pelas autoras (2022).

Método

Foram definidos os descritores (palavras-chave), considerando-se as questões que envolvem o tema de estudo. Dessa forma, foram utilizados, como descritores prioritários: Representações Sociais, Soberania Alimentar e Escola Rural.

Quando os descritores (palavras-chave) estavam definidos, foram escolhidas as bases de dados a serem pesquisadas. As bases consultadas foram: o Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que reúne as pesquisas de todos os Programas Nacionais de Pós-graduação Stricto Sensu e a Scientific Electronic Library Online (SciELO).

As bases citadas disponibilizam textos completos de periódicos científicos do Brasil, bem como dissertações e teses de várias áreas do conhecimento, frutos de pesquisa científica ligadas a instituições que têm o reconhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Em relação aos critérios utilizados, não foi delimitado um período específico para seleção das publicações, os descritores precisavam aparecer no título e/ou no resumo dos trabalhos e a busca foi feita no idioma português.

Foram inseridos filtros para selecionar os trabalhos que tratavam especificamente do tema proposto e que eram pertinentes à soberania alimentar, à área da educação e aos estudos da Teoria

das Representações Sociais. Optou-se por utilizar especificamente os descritores em associação, por meio do operador boleano AND, ou seja, “Representações Sociais and Soberania Alimentar” e “Representações Sociais and Escola Rural”. Foram encontrados e selecionados os trabalhos conforme Figura 2.

Figura 2. Descritores e Resultados

Bancos de Dados/ Descritores	Soberania Alimentar e Representações Sociais	Seleção Final	Escola Rural e Representações Sociais	Seleção Final
CAPES	234	7	13	8
SCIELO	122	4	8	4

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

O passo seguinte foi a leitura dos resumos dos trabalhos selecionados, para verificar se traziam questões relevantes ao tema da pesquisa.

Na plataforma CAPES foram encontrados 234 trabalhos, por meio da combinação dos descritores Soberania Alimentar e Representações Sociais, e 13 trabalhos por meio da combinação dos descritores Escola Rural e Representações Sociais. Das pesquisas

encontradas, após a leitura foram selecionadas 7, por meio da combinação dos descritores Soberania Alimentar e Representações Sociais, e 8 por meio da combinação dos descritores Escola Rural e Representações Sociais.

Na SciELO foram encontrados 122 trabalhos, por meio da combinação dos descritores Soberania Alimentar e Representações Sociais e 8 por meio da combinação dos descritores Escola Rural e Representações Sociais. Após leitura das pesquisas encontradas, 4 foram selecionadas utilizando-se os descritores Soberania Alimentar e Representações Sociais, e 4 foram selecionadas utilizando-se os descritores Escola Rural e Representações Sociais.

As pesquisas selecionadas

Partindo dos estudos selecionados, foi possível identificar pesquisas considerando-se todos os descritores citados. Os trabalhos analisados demonstraram relevância para a pesquisa aqui relatada. Os estudos abordam discussões sobre soberania alimentar e a escola rural, sob a luz da Teoria da Representações Sociais.

Representações Sociais e Soberania Alimentar

Santos (2014) procura demonstrar que à alimentação estão vinculados importantes processos culturais que comunicam, em suas entrelinhas, modos de pertencer e de se expressar. Desse modo, a situação de insegurança alimentar aponta para algo mais do que fragilidade nas condições de sobrevivência. Implica, antes, condição política negada, já que se retira do indivíduo sua condição de expressão em um dos atos mais simples e básicos que lhe garantem o sentido de humanidade. A fome, portanto, aponta para uma situação de desenraizamento no seu nível mais basal, evidenciando uso e produção desigual do espaço. Diante desse panorama, buscou-se discutir o papel da mídia nessa legitimação e naturalização de um modelo de produção capitalista do espaço. As representações midiáticas da fome e dos que são por ela atingidos – congelados na figura de famintos e carentes – fortalecem as posições desiguais que separam dominantes e dominados. Assim, argumenta-se que é preciso suscitar formas contra hegemônicas de comunicação, comprometidas com a emancipação social e, no caso da fome, com o empoderamento de minorias em sua busca de soberania alimentar.

Mendes *et al.* (2019) analisa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Mato Grosso, na modalidade Compra com Doação Simultânea, enfatizando a produção diversificada, o consumo familiar e a promoção da soberania alimentar entre os camponeses e as pessoas atendidas

pelo programa. Foram adotados quatro procedimentos metodológicos principais: I) pesquisa bibliográfica e documental; II) coleta de dados; III) elaboração de representação cartográfica; e, IV) análise de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados de fevereiro a julho de 2016, por meio de entrevistas semiestruturadas com lideranças de camponeses que acessam ou acessaram o PAA e os secundários na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Verificou-se que o PAA atua na inclusão social, fortalecendo a agricultura camponesa, que produz alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para atender o consumo da própria família, com possibilidade de comercializar o excedente. Conclui-se que a soberania alimentar afirma o direito dos camponeses e de pessoas atendidas pelo programa a uma alimentação culturalmente apropriada e aos recursos para produzir alimentos, reduzindo sua dependência de mercados capitalistas.

O estudo de Pereira (2017) discute três iniciativas para a conservação das variedades crioulas, promovendo a soberania alimentar de famílias agricultoras e camponesas no Brasil e no México. Por meio de entrevistas e de observação participante, mencionam-se os programas de Guardiões de Sementes Crioulas no Rio Grande do Sul, o Banco Comunitário de Sementes na Paraíba e o Programa de Custódios do Milho Crioulo, no estado de Puebla, no México, como iniciativas que possibilitam que os agricultores conservem os recursos fitogenéticos em suas próprias propriedades, com prioridade para aqueles que são mais consumidos pela família e na propriedade rural. As iniciativas configuram-se como fomento à soberania alimentar das famílias, conservando a agrobiodiversidade e garantindo o reconhecimento aos agricultores guardiões e custódios. Além disso conferem autonomia produtiva e alimentar, por meio dos bancos de sementes, nos quais os próprios agricultores gerenciam a armazenagem. A união entre agricultores e mediadores, como a extensão rural e a acadêmica e o Estado, são essenciais para fomento e eficácia dos programas para a conservação das variedades crioulas como estratégia para a soberania alimentar das comunidades rurais.

Pereira (2017) ressalta que as feiras livres são um importante espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Além disso, é também espaço de socialização, identidade regional e cultural e de articulação política. Assim, este artigo apresenta uma análise da dinâmica da feira dos agricultores familiares do município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Ao analisar a problemática dos produtores feirantes e seu relacionamento com outros atores sociais, procurou-se compreender os aspectos econômicos, por meio de sua representação na renda dos agricultores, na gestão autônoma dos feirantes, na movimentação da economia local e no seu potencial para fortalecimento e expansão. Além disso, foram observados os aspectos socioculturais, nas relações de pertencimento estabelecidas nesse espaço. Metodologicamente, a pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, e entrevistas, conversação e observação constituíram os instrumentos para coleta de dados. O grupo dos entrevistados foi constituído de feirantes, consumidores e comerciantes. Os resultados mostram que a feira gera trabalho e renda no campo, dinamiza a economia local e possibilita soberania e segurança alimentar para a população urbana, além de ser espaço privilegiado de organização e participação social.

Santos & Santos (2017) apresenta o fruto de pesquisas desenvolvidas pelo Programa de Educação Tutorial – PET Educação do Campo e Movimentos Sociais na UFRRJ –, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Aborda o protagonismo do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) na interface entre agricultura familiar e educação do campo. O autor trabalhou com o plano camponês, uma das principais armas do MPA. Esse plano representa um contraponto à incapacidade estatal para criação de leis que apoiem os pequenos agricultores. Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como fontes de investigação: legislações, portarias, decretos e referenciais sobre educação do campo no Brasil. Foram utilizados também os dados do censo agropecuário de 2006, ressaltando o valor da agricultura familiar na mesa do brasileiro. Nesse contexto, verificou-se que o processo de ensino e aprendizagem deve dialogar com a realidade concreta dos sujeitos, individuais e coletivos, articulados com a luta pela terra. Concluiu-se que a produção coletiva do saber em parceria com educandos/as, educadores/as, comunidades e os movimentos sociais de luta pela terra podem dialogar com histórias, memórias, identidades, desejos, valores e reconhecimento, fortalecendo o debate em torno da educação do campo, na sua estreita relação com movimentos sociais, escolas do campo e universidades públicas.

Liberato (2019), em seu trabalho, apresenta olhares das mulheres do eixo Sul-Sul, suas aproximações e distanciamentos, a partir de categorias de análise que têm como marco a soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Em suas reflexões, aponta a importância da análise de gênero em perspectiva interseccional em dois cenários diversos. O primeiro cenário é a partir do ponto de vista das mulheres, nome pelo qual são chamadas as mulheres moçambicanas que fazem o comércio entre Maputo (Moçambique) e Johannesburg (África do Sul). O segundo cenário é constituído pelas mulheres da aldeia Cinta Vermelha-Jundiba, que vivem na região do semiárido, no vale do Jequitinhonha, no Brasil. Busca demonstrar como, a partir de panos moçambicanos e sementes brasileiras, essas mulheres trançam suas sobrevivências.

Silva (2021) problematiza as concepções de gênero e natureza, interligando o(s) ecofeminismo(s) à agroecologia e à soberania alimentar. Sistemas agroalimentares protagonizados por mulheres dão concretude a um projeto social direcionado para a soberania alimentar e estimulam novas relações entre seres humanos e natureza, modos de vida e consumo, que passam a ser pensados de forma integrada.

Grigol (2021) aponta que a diminuição da produção voltada para autoconsumo pode afetar negativamente a segurança alimentar e nutricional (SAN) e a soberania alimentar das famílias rurais. Essa temática é relevante na região do Alto Xingu, em Mato Grosso, dada a mudança no uso da terra e a intensificação de fenômenos socioeconômicos, como a crescente ocupação da força de trabalho de moradores e moradoras de áreas rurais em atividades não agrícolas. O estudo objetiva caracterizar a produção de autoconsumo entre assentados rurais do Alto Xingu e relacioná-la com a SAN das famílias. Foram aplicados Recordatórios de 24 horas de consumo alimentar e entrevistas em profundidade em 43 unidades domésticas. Os resultados indicam que a produção para autoconsumo é relevante para a SAN e para a soberania alimentar dos assentados, principalmente quanto a proteína animal. Contudo, a prática tem se enfraquecido, nesse contexto de transformações. Frente às pressões do entorno, identificou-se uma “ordem de desarticulação” das produções para autoconsumo, com destaque para a vulnerabilidade do cultivo de hortaliças e para resistência da produção de frango e de árvores frutíferas. Por fim, o estudo destaca que a diminuição da produção para autoconsumo afeta, principalmente, a soberania alimentar e a reprodução social das famílias, reforçando o processo de transformação socioeconômica em curso no meio rural.

Zimmermann *et al.* (2021) indica que, no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são políticas de compras governamentais que visam garantir a segurança alimentar dos agricultores, de seus familiares e de estudantes. Utilizando Foz do Iguaçu, Brasil como estudo de caso, esse trabalho buscou compreender o funcionamento, a coordenação e a reorganização dessas políticas durante a pandemia da covid-19. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, baseada na análise de informações obtidas em entrevistas, fóruns de discussão especializados e revisão de documentos, como diretrizes locais e nacionais. Os resultados mostram a necessidade de incluir estratégias de gestão de crises associadas às políticas públicas estudadas e novos marcos regulatórios para promover a sinergia PAA-PNAE.

Carvalho (2021) analisa a ação transnacional de organizações de origem nacional por meio das controvérsias, isto é, das disputas nas quais esses grupos se envolvem. Observa suas transformações ao longo do tempo e a existência de disputas simultâneas. Apresenta uma definição de transnacionalização que enfatiza o esforço de grupos nacionais para se tornarem parte de disputas que envolvem enquadramentos discursivos e práticas políticas transnacionais, e argumenta que a transnacionalização se consolida esses grupos são capazes de: a) formular uma plataforma política própria que aporte temas ou análises aos debates transnacionais; e, b) atuar no estabelecimento ou na permanência das organizações e redes transnacionais em as quais se articulam. Isso ocorre quando contribuem com maneiras específicas de manter elementos reunidos que lhes permitem construir novas articulações e produzir efeitos sobre as próprias organizações. Os argumentos são embasados na análise da transnacionalização de duas organizações rurais brasileiras: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Díaz Peres (2020) aponta que, na América Latina, as ilhas do Caribe fizeram maiores progressos na inclusão da soberania alimentar na legislação, nas políticas públicas e nos instrumentos

regionais. No entanto, apesar desses progressos, os últimos dados disponíveis sobre a fome e a subnutrição na região não são favoráveis. A realidade atual exige mais do que nunca um esforço conjunto para inverter o declínio, regressar ao caminho do progresso e assegurar a plena realização do direito à alimentação. De acordo com essa exigência e as circunstâncias em Cuba, a mais alta liderança do país indicou a prioridade urgente de desenvolver um Plano de Soberania Alimentar e Educação Nutricional, cujo objetivo é a construção de um Observatório. Esse estudo visa investigar as principais características que devem ser consideradas na construção de um Observatório para apoiar essa projeção nacional, mas com enfoque local. Utiliza métodos teóricos e empíricos para revisão documental e sistematização do conhecimento. Dentre seus resultados, destacam-se as principais características que o distinguem da governação e da gestão local, da infocomunicação e das cadeias de valor. A investigação adverte que o seu desenvolvimento não pode ser visto como uma nova missão estatal ou como apenas mais uma tarefa. Deve haver sensibilidade sobre a sua necessidade e sobre as insuficiências, que limitam a capacidade de resolução e previsão de muitos problemas em um território.

Salgado (2020) analisa a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil, pontuando suas influências na cadeia de produção e comercialização, e seus entraves e potencialidades para o segmento da agricultura familiar. Utiliza-se pesquisa qualitativa, delineada como estudo de caso, por meio da realização de observação direta, análise documental e entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares, gestores e entidades beneficiadas. As entrevistas foram submetidas ao software IRAMUTEQ, para análise de conteúdo lexical. Os dados indicaram que, além de representar destino singular para o excedente produzido no campo, o PAA constitui-se como relevante instrumento de política pública, não apenas por seu potencial de fomento à agricultura familiar, mas também por sua promoção de segurança alimentar e nutricional a segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Cardozo *et al.* (2020) indica que o Programa Bolsa Família (PBF) apresenta diversos efeitos na população que está sujeita a riscos e vulnerabilidades sociais, principalmente em relação a alimentação, educação e saúde. O objetivo foi identificar padrões alimentares de famílias beneficiárias ou não do PBF, em um determinado município paulista, analisando sua associação com níveis de insegurança alimentar (IA). O estudo incluiu 150 famílias. Aspectos socioeconômicos, demográficos, antropométricos e de consumo alimentar foram avaliados por meio de questionários validados. A IA foi avaliada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Os padrões alimentares foram calculados por meio da análise de Cluster. A associação entre a IA e o PBF com padrões alimentares foi testada com utilização do modelo de regressão de Poisson. Foram identificados três padrões alimentares: restrito, saudável e tradicional. O padrão restrito foi associado com menor escolaridade, histórico de anemia, IA moderada (IAM) ou IA grave (IAG) e maior idade média. Na análise não ajustada e ajustada para idade, as famílias com IAM ou IAG foram, respectivamente, 55% e 57% mais propensas a aderir a um padrão restrito, e 41%, menos propensas a seguir um padrão saudável. Ter um padrão saudável ou tradicional foi relacionado à origem dessa população, o que revelou um elemento importante, segundo o conceito de SAN: a soberania alimentar.

Lisbôa & Fonseca (2020) indica o fato de que o nutricionista é um profissional importante para a promoção da saúde individual e coletiva, tendo em vista a realização da segurança alimentar e nutricional (SAN), que focaliza o direito humano à alimentação adequada (DHAA) e se constitui estratégia de ações e políticas que pautam o próprio DHAA, a soberania alimentar e o enfoque sistêmico. Nesse sentido, a formação do nutricionista deve incluir conteúdos que subsidiem a sua tarefa de promoção da alimentação adequada e saudável, comprometida com os princípios do Sistema Único de Saúde, na perspectiva da SAN. Esse estudo analisou 27 projetos pedagógicos do curso de nutrição de universidades federais das cinco regiões do país, visando identificar como a SAN aparece nos currículos e se constitui como elemento para a construção do perfil profissional. A análise evidenciou que, apesar de a maioria estar em consonância com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, em relação ao perfil esperado para o egresso, o tema é abordado por um número restrito de disciplinas e que há baixa representatividade dos conteúdos de SAN em relação a outros conteúdos disciplinares. Concluiu-se que o fortalecimento do tema na formação refletirá na atuação do profissional engajado e comprometido com a sua realização no cotidiano.

Machado & Kinnup (2020) afirma que a Amazônia é o berço de rica biodiversidade

alimentícia, ainda pouco estudada, em âmbitos biológicos, nutricionais ou socioculturais. As comunidades tradicionais da região conhecem e manejam historicamente a floresta, preservando hábitos culturais e contribuindo para sua conservação. Foi realizado um levantamento de plantas alimentícias, formas de preparo e diferenças entre padrões sociais no conhecimento botânico, por meio de listagens livres, turnês-guiadas e entrevistas semiestruturadas. As 220 espécies identificadas e as variadas formas de consumo demonstram o imenso potencial das plantas alimentícias, nativas da Amazônia, em sua maioria, para diversificação agrícola e promoção de hábitos alimentares. As espécies levantadas devem gerar subsídios para novas pesquisas de valorização de plantas alimentícias nativas e da alimentação regionalizada. Os padrões de conhecimento entre grupos sociais distintos demonstram a importância das mulheres na incorporação do conhecimento de espécies silvestres na alimentação cotidiana e da valorização dessa cultura para garantia da soberania alimentar.

Representações Sociais e Escola Rural

Cruz (2019) revela que, a partir da inquietação por compreender como um currículo de uma escola rural que não atende à educação do campo influencia a vida da população rural, foi desenvolvida uma pesquisa com o objetivo de analisar de forma crítica os conteúdos da Geografia escolar oferecidos em uma escola rural de um distrito de Alfenas-MG. Para alcançar esse objetivo foram feitas análise do currículo oficial, entrevistas com a comunidade escolar, análise de caderno de alunos e vivência no distrito onde a escola se localiza. Entende-se que, ao absorver conteúdos e currículos urbanos, uma escola localizada na zona rural reforça os domínios da cultura hegemônica. Foi possível concluir que a disciplina Geografia não está sendo utilizada como instrumento social para superação de entraves colocados pelo sistema capitalista no meio rural e para emancipação dos sujeitos.

Cordeiro *et al.* (2021) afirma que objetivo de seu estudo foi refletir sobre o contexto da implantação e do funcionamento da Escola Normal Rural Dom Joaquim Silvério de Souza, no distrito de Conselheiro Mata, município de Diamantina, O objetivo incluiu também refletir sobre a formação das normalistas para o meio rural. Foi realizada uma pesquisa nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e encontraram-se duas dissertações e duas teses, que serviram como base para a análise, que pontuou os acontecimentos políticos que estimularam a reestruturação da educação rural e também a forma como as normalistas eram preparadas para a atuação no meio rural. Foram abordadas questões relativas à renovação teórica e instrumental na formação do professor primário para o meio rural, à identificação e compreensão das relações entre práticas tradicionais e práticas escolares de saúde das populações rurais e à investigação das práticas de escrita por meio da análise dos diários produzidos na escola. Esses estudos são de grande valia para os educadores, pois a forma de abordagem das disciplinas faz aparecer particularidades educacionais e sociais de cada época, que podem acobertar as diferenças e diversidades e também incutir pensamentos de acordo com os interesses da política vigente.

Andrade *et al.* (2021) analisa a história da implantação da Escola Rural de Dois Irmãos, uma das primeiras instituições escolares construída e mantida pelo poder público na região oeste do Paraná. A escola foi fundada em 1953, para atender os filhos dos trabalhadores rurais que residiam na localidade. Trata-se de um estudo histórico e documental, realizado por meio da análise de documentos que descrevem o processo de migração, colonização e escolarização do oeste paranaense, bem como a trajetória histórica da escola analisada. Para efetivação da pesquisa foram utilizados: livros-ata de exames finais, livro de registros dos primeiros anos de funcionamento da escola, diários de classe, ata de fundação, decretos e leis municipais, jornais da época da fundação da instituição, e materiais iconográficos das atividades escolares na década de 1950. Os dados revelados pelas fontes foram analisados à luz da literatura sobre instituições escolares e relacionados às condições sociais do contexto político/econômico em que foram produzidos.

Pasinato & Fritsch (2021) analisa as memórias de docentes rurais que atuaram na Escola Aníbal Magni, na comunidade de Arroio Grande, no pequeno município de Selbach, localizado no norte do Rio Grande do Sul, entre 1964 e 1985, em plena Ditadura Civil-Militar. A pesquisa tem a

Memória como pressuposto teórico e utiliza a metodologia da História Oral. A memória assume papel decisivo, visto que, além de ser um dispositivo da História, é, por primazia humana, uma propriedade de preservar certas informações. Para constituir o estudo, usando a entrevista como estratégia metodológica, foram ouvidos dez professores, que apresentaram suas histórias de vida, envolvendo-se, tanto na temática foco - memórias docentes, como também naquilo que a envolve - o próprio existir. As memórias permitiram visibilidade ao cotidiano escolar, seus espaços e tempos, visibilizando marcas das escolas rurais no contexto da Ditadura Civil-Militar. A proporção mais colaborativa presente nas comunidades rurais é citada pelos docentes, representada pelas celebrações, festividades e relações sociais mais coletivas.

Furtado (2019) insere o tema de seu estudo nas abordagens sobre a história das instituições escolares rurais no sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), de modo a analisar e contribuir para a compreensão desta problemática: como foi tratado o ensino da divisão matemática em uma escola rural de 1º grau do interior de Mato Grosso do Sul, no final da década de 1980? Assim, busca analisar o ensino da divisão para crianças da 2ª série do 1º grau na Escola Municipal Padre Anchieta, em Vila Formosa, distrito do município de Dourados, tomando como fonte principal de pesquisa um “Caderno de Planejamento” de uma professora que atuou em 1989. A delimitação do estudo justifica-se em razão de o Caderno da professora ter sido planejado e escrito em 1989. A pesquisa desenvolveu-se na perspectiva da Nova História Cultural e com base em fontes documentais. Os dados apontaram que os registros apresentados pela docente no Caderno estavam centrados no ensino dos algoritmos, o que mostrou a influência da Matemática Moderna das décadas de 1960 a 1970. Tal movimento educacional incentivava um ensino de Matemática mais lógico, centrado no ensino das estruturas, dos algoritmos e da linguagem matemática. Além disso, o estudo permitiu perceber que o ensino da divisão apresentou indícios de uma concepção pedagógica tradicional. Conclui-se, assim, que o ensino da divisão esteve influenciado pela Matemática Moderna e baseado em uma concepção pedagógica tradicional.

Fonseca *et al.* (2018) indica que queimadas são consideradas crimes ambientais que ocorrem na forma de incêndios fora de controle, principalmente em terrenos, matas e florestas, no Brasil e no mundo, destruindo a vegetação, degradando o ambiente e muitas vezes prejudicando a saúde das pessoas. As estatísticas apontam para um aumento da quantidade desses delitos. O objetivo do artigo foi apresentar um estudo de caso de ensino de queimada em escola rural que tem minimizado os casos relatados dessa prática. Realiza-se uma pesquisa social, qualitativa para verificar como foi realizado o trabalho em relação às queimadas e observar os relatos de alunos e professores. Tudo leva a crer que o trabalho junto às escolas é uma das formas mais efetivas e de longo prazo para a diminuição da quantidade de queimadas em nosso país.

Lopes *et al.* (2020) aponta que objetivo principal de seu estudo foi comparar o rendimento escolar de alunos do 6º ano que residem nas áreas rural e urbana de uma escola pública do Piauí. Além disso, investigou as causas socioeconômicas e escolares que influenciam tal rendimento, segundo os professores e os alunos. Os dados de rendimento foram obtidos mediante registros escolares, e os fatores influenciadores de rendimento foram investigados por meio de questionários e de entrevistas. Os registros escolares apontaram que os alunos que residem em área rural têm menor rendimento, em comparação com aquele que moram na área urbana. Essa variação estaria ligada a aspectos sociais e escolares em diferentes níveis: de aluno, de turma e de escola.

Rosa & Galvão (2021) analisa as principais práticas de cura de doenças e suas formas de transmissão em uma comunidade rural de Ibirité, Minas Gerais, entre 1940 e 1970. Discute os compartilhamentos e as tensões entre essas práticas e as prescrições realizadas em/por uma escola de formação de professores localizada no município. As principais fontes utilizadas foram depoimentos orais, documentos produzidos nos cursos, relatórios e legislação educacional. Foi possível identificar que a força dos saberes tradicionais estava pautada na crença da comunidade em relação a eles e em laços de solidariedade nos quais se apoiavam. A prática médica baseada na ciência teve de conviver, negociar e produzir sua legitimidade junto à população, em um jogo de forças, compartilhando e disputando espaços.

Considerações Sobre os Estudos

Neste artigo, buscou-se apresentar o levantamento dos estudos que abordam a soberania alimentar, relacionando-a às suas contribuições para a área educacional, com aporte teórico da Teoria das Representações Sociais e considerando o histórico da escola rural em nosso país e as questões que permeiam o tema.

Foram selecionados 23 estudos organizados em 2 temas, soberania alimentar e escola rural, com aportes teóricos da Teoria das Representações Sociais. Os estudos selecionados na temática relacionada à soberania alimentar, discutem os aspectos ideológicos, culturais e políticos envolvidos no processo histórico dos esforços pela soberania alimentar, a escola do campo e sua luta no decorrer dos anos para se manter e as singularidades da escola rural. São estudos que apontam para a falta de comprometimento com a qualidade da alimentação, em decorrência da ineficácia, fragilidade e de ausência, mesmo, de políticas públicas que favoreçam o crescimento da soberania alimentar, para que seja possível garantir alimentos básicos para a mesa dos brasileiros. Ao lado disso é possível inferir todas as dificuldades referentes ao funcionamento da escola rural e os aspectos que impactam os rumos da sociedade.

São trabalhos que contextualizam o cenário das políticas que envolvem a alimentação, fornecendo elementos, tanto teóricos, quanto políticos, para uma discussão que circula nas mídias e que, de alguma forma, permeia os discursos dos atores diretamente envolvidos: os moradores, as famílias, os professores e a comunidade. Para tanto, há de se considerar os elementos fundamentais da emergência de Representações Sociais – a dispersão de informação, a focalização e a pressão à inferência (CHAMON; CHAMON, 2007).

Os atores envolvidos, especificamente os estudantes do campo, tiveram (e têm) as informações circulando nos diferentes meios de comunicação e mídias, e nos espaços escolares e familiares. São informações que por vezes são divergentes, o que gera conflitos e tensões. Algumas informações são absorvidas, e outras, obviamente não.

Tem-se, portanto, diferentes posicionamentos diante das questões que envolvem a soberania alimentar. Entende-se, assim, a soberania alimentar como objeto de representação e os estudos realizados contribuem para se pensar sobre outros objetos de representações sociais abordados como elementos pertinentes que se articulam com o tema da soberania alimentar. Ampliam-se, assim, as discussões teórico-metodológicas, articuladas com questões relacionadas ao Desenvolvimento Humano e aos Direitos Humanos, no que se refere ao acesso à alimentação saudável e ao direito à escolha dos alimentos que serão cultivados e farão parte da alimentação da maior parte dos brasileiros.

O que se busca com o levantamento dos estudos sobre soberania alimentar e sobre o cotidiano da escola do campo é compreender as questões relacionadas à aprendizagem dos professores, dos alunos e de toda a comunidade, principalmente no que se refere à alimentação.

A intenção é expandir esse debate, para haja apropriação do conceito de soberania alimentar e de seus desdobramentos no cotidiano da escola do campo, buscando, assim, melhoria de qualidade de vida e promoção e valorização da comida de verdade, sem veneno, sem ter como base a exploração e o adoecimento de trabalhadores do campo.

As discussões apresentadas nos trabalhos relacionados à soberania alimentar trazem, de forma geral, que a alimentação está intrinsecamente vinculada a importantes processos culturais que comunicam modos de pertencer e de se expressar.

Foram encontradas tendências, em alguns trabalhos, que apontaram para as questões políticas que envolvem a negação ao ser humano de condições básicas para se alimentar, retirando assim seu sentido de humanidade.

Foi observado que algumas discussões trouxeram o papel da mídia que contribuem com a naturalização do modelo de produção capitalista, no que se refere à alimentação da população, legitimando as posições desiguais dos indivíduos e impedindo a emancipação social e o empoderamento das minorias pela busca da soberania alimentar.

Outras discussões foram bem específicas sobre programas sociais de aquisição de alimentos, para merenda escolar ou para famílias em situação de risco alimentar. Outras trouxeram a questão das feiras livres como importante instrumento para os pequenos produtores fazerem circular alimentos de qualidade para a população a preços acessíveis.

Foi possível notar que algumas discussões quiseram deixar nítida a diferença entre o conceito

de segurança alimentar e o de soberania alimentar. A segurança alimentar tem a ver com a garantia de alimentos básicos para que a população mais vulnerável tenha meios para sobreviver, tendo os nutrientes necessários para que não fique na situação de vulnerabilidade. Já a soberania alimentar amplia a discussão no sentido de que seja garantida à população a liberdade de escolher a forma de se alimentar, apontando quais alimentos são necessários para sua nutrição e que a qualidade desses alimentos e a forma de cultivo são essenciais para que isso seja possível.

Os trabalhos sobre as escolas rurais trouxeram, de uma forma geral, preocupação com o currículo, que deve estar centrado no atendimento da população rural. A comparação com o currículo da escola urbana foi feita em alguns momentos, assim como a comparação do rendimento escolar dos alunos da escola rural com o dos alunos da escola urbana, mas a especificidade dos temas rurais tende a tomar um espaço mais expressivo.

Os históricos de algumas instituições do campo e as memórias trazidas à tona têm um enfoque importante nas discussões, pois enriquecem a forma como a educação do campo foi se moldando ao longo do tempo.

Alguns trabalhos apontam características específicas da escola rural, como os saberes tradicionais e o modo como eles perpassam pelos agentes envolvidos no ambiente escolar, assim como a importância desse tema para toda a comunidade.

Uma tendência comum encontrada nos estudos foi a tensão decorrente da teoria relacionada ao aprendizado e às práticas viabilizadas nesses espaços. De forma geral, como a escola rural é vista pelos sujeitos que delas fazem parte e, conseqüentemente, por toda a comunidade.

Enfim, acredita-se na máxima do Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil: “Comer é um ato político”.

Referências

ANDRADE, Rodrigo Pinto de; TOLEDO, Cézár de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Francielle Aparecida Garuti de. História da Educação na região Oeste do Paraná: a implantação da Escola Rural de Dois Irmãos (1953-1959). *Dialogia*, São Paulo, n. 37, p. 1-15, e19746, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/19746>. Acesso: 27 jan. 2024.

CARDOZO, Daiane Roncato *et al.* Padrões alimentares e (in)segurança alimentar e nutricional no Programa Bolsa Família. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i2.2337>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CARVALHO, Priscila Delgado de. Controvérsias e a Produção do Transnacional: Os Casos da Contag e do MPA. *Dados*, v. 64, 2021.

CHAMON, E. M. Q. O., CHAMON, M. A. Representação social e risco: uma abordagem psicossocial. In: CHAMON, Edna M. Q. Oliveira, CHAMON, Marco Antonio (org). **Gestão de Organizações Públicas e Privadas**. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

CORDEIRO, R. M.; DIAS, J.; PIRES, H. A Escola Rural Dom Joaquim Silvério de Souza, no Distrito de Conselheiro Mata, Município Diamantina, Minas Gerais: Reflexões sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na década de 1950. *Revista Desenvolvimento Social*, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 189–209, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/issn2179-6807v26n1p189-209>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CRUZ da, Abigail Bruna; AZEVEDO, Sandra de Castro de. Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano/Geography and School in the Field: Investigations on Geographic Education in a Rural School with an Urban Curriculum. *Revista NERA*, v.46, p. 106-28, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i46.5884>. Acesso em: 27 jan. 2024.

DÍAZ PEREZ, Maidelyn. La Soberanía Alimentaria y Nutricional desde la perspectiva de un

Observatorio Territorial. **Cooperativismo Y Desarrollo**, Pinar del Rio, v.8, n.3, p. 466–477, 2020. Disponível em: <https://codes.upr.edu.cu/index.php/codes/article/view/393>. Acesso em: 27 jan. 2024.

FERREIRA, N.S.A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, p. 257-272, 2002.

FONSECA, Janaína Gabriela da; MENEZES OLIVEIRA, João Pedro de; CRUZ SILVA, Weberty Cristiano; SHITSUKA, Ricardo. O ensino sobre queimadas em uma escola rural no interior mineiro: um estudo de caso. **Research, Society and Development**, Universidade Federal de Itajubá, v. 7, n. 11, 2018. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/566>. Acesso em: 27 jan. 2024.

FURTADO, Alessandra Cristina; BRAZIL, Maria do Carmo; ALENCAR, Edvonete Souza de. Ensino de divisão numa escola rural de Dourados-MS (1989): uma análise do caderno de planejamento. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 19, n. 61, p. 603-626, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/25121>. Acesso em: 27 jan. 2024.

GRIGOL, Natália Salaro *et al.* Produção para autoconsumo e segurança alimentar entre assentamentos rurais do Alto Xingu, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2021.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIBERATO, R. S. *et al.* Soberania Alimentar no Machimbombo e na aldeia: gênero na perspectiva Sul-Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n366961>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LISBÔA, Célia M. Patriarca; FONSECA, Alexandre Brasil. Abordagem de segurança alimentar nutricional nos currículos das universidades federais brasileiras: principais enfoques. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 3. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1139534>. Acesso em: 27 jan. 2024.

LOPES, Suzana Gomes; XAVIER, Isabel Matilde de Carvalho; SILVA, Alexandre Leite dos Santos. Rendimento escolar: um estudo comparativo entre alunos da área urbana e da área rural em uma escola pública do Piauí. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v.28, n.109, p.962-981, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/2371>. Acesso em: 27 jan. 2024.

MACHADO, Clara de Carvalho; KINUPP, Valdely Ferreira. Plantas alimentícias na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu - Purus, Amazônia Central. **Rodriguésia**, v.7, n.1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rod/a/NrsVL58G8qYvXvcFPB6dCfz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2024.

MENDES, Maurício Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; MACHADO, Tamires da Silva. O programa de aquisição de alimentos como indutor da soberania alimentar. **Mercator**, Fortaleza, v.18, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/FvHnXDYh3y9qf86SnkDFy8p/?lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2024.

MPA Movimento dos Pequenos Agricultores. **Plano Camponês**. (s/d). Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/plano-campones/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

ROSA, Walquiria Miranda; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Práticas de cura, saberes tradicionais e conhecimentos escolares: um estudo sobre uma comunidade rural de Minas Gerais (1940-1970). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 260, p. 23-42. 2021. Disponível em: <https://>

rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/4445. Acesso em: 27 jan. 2024.

PASINATO, Darciel; FRITSCH, Rosangela. Histórias e narrativas de si: memórias de docentes que atuaram numa escola rural no norte do Rio Grande do Sul (1964-1985). **Educar em Revista**, [S.l.], nov. 2021. ISSN 1984-0411. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/80276>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PEREIRA, V. C.; LÓPEZ, P. A.; SOGLIO, F. K. A Conservação das variedades crioulas para a soberania alimentar de agricultores: análise preliminar de contextos e casos no Brasil e no México. **HOLOS**, [S. l.], v. 4, p. 37–55, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4749>. Acesso em: 27 jan. 2024.

SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo; DIAS, Marcelo Miná; SOUZA, Washington José de. Agricultura Familiar, Extensão Rural e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil Mundo Agrário. **Revista Mundo Agrário**, Argentina, v. 21, n. 46, 2020. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe137>. Acesso em: 27 jan. 2024.

SANTOS, B. de. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, A. R.; SANTOS, I. T. R. Via Campesina X Organismos Multilaterais: a luta pela Soberania Alimentar. In: SANTOS, A. R. dos. *et al.* (orgs.). **Educação e sua diversidade** [online], Série Movimentos Sociais e Educação, vol. 3. Ilhéus: Editus, 2017. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8t823/08>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ZIMMERMANN, S. A. *et al.* Desafios y respuestas en la coordinación de políticas alimentarias en Brasil durante la pandemia de COVID-19. **Revista de Estudios Sociales**, v. 78, n. 10, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/50823>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Recebido em 7 de agosto de 2022.

Aceito em 11 de julho de 2023.